



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

CÂMARA MUNICIPAL
DE VISCONDE
DO RIO BRANCO

Visconde do Rio Branco/MG, em 27 de maio de 2.024.

PROTOCOLADO 5168
DATA ENTR 28/05/24
HORÁRIO 15:44
MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO

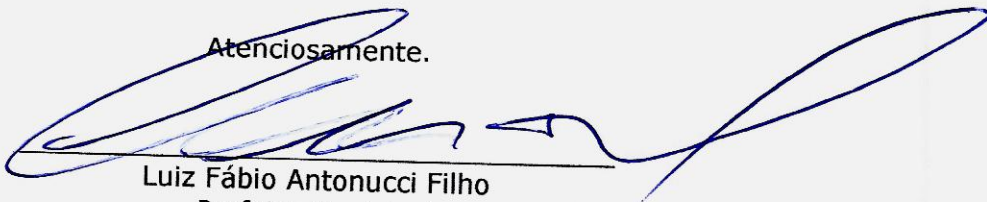
OFÍCIO GAB/PREF n.º 046/2.024.

Senhor Presidente, Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência, no sentido de convocar os senhores vereadores para, em sessão **EXTRAORDINÁRIA**, deliberarem sobre a matéria constante no Projeto de Lei abaixo relacionado, em tramitação nessa Casa Legislativa, considerando a relevância e urgência do assunto para o bom e necessário andamento da Administração Municipal e desenvolvimento econômico e funcional do Município, conforme especifica:

1 - Projeto de Lei que "Dispõe sobre concessão de Revisão Geral Anual aos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Visconde do Rio Branco/MG e dá outras providências".

Pela certeza do apoio e acatamento às propostas, antecipamos agradecimentos, subscrevendo-os sob renovada manifestação de consideração e apreço.

Atenciosamente.


Luiz Fábio Antonucci Filho
Prefeito Municipal

Ao Exmo. Sr. **ANTONIO DE SOUZA LIMA NETO**
DD. Presidente da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 2101 /2.024.

"Dispõe sobre concessão de Revisão Geral Anual aos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Visconde do Rio Branco/MG e dá outras providências".

O Povo do Município de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais, através de seus representantes, aprovou e eu, **Luiz Fábio Antonucci Filho**, Prefeito Municipal em exercício, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Revisão Geral Anual aos Servidores Públicos efetivos do quadro geral do Poder Executivo do Município de Visconde do Rio Branco/MG, no percentual de **4,62%** (quatro inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), em decorrência do IPCA, em período aquisitivo apurado entre janeiro a dezembro de 2.023, aplicável sobre todos os vencimentos e demais gratificações dos servidores públicos municipais dos quadros efetivos, inativos e pensionistas do Poder Executivo. Parágrafo único. A incidência do percentual identificado no *caput* deste artigo será extensiva aos servidores efetivos ocupantes de cargos do quadro geral, contemplados pelo artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.647/2023.

Art. 2º - O percentual disposto no "*caput*" do artigo 1º desta Lei, não se aplica:

- I - aos profissionais encampados pelo §1º do Art. 9 - A da Lei 11.350/2.006.
- II - aos profissionais do magistério, que já contemplados pela na forma do art. 15 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2.007 c/c Portaria nº 61, de 31 de Janeiro de 2024.
- III - aos agentes políticos e ocupantes de cargos em comissão.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de **01º de janeiro de 2.024**, revogando-se as disposições em contrário.

P.R.C.

Do Gabinete do Prefeito Municipal de Visconde do Rio Branco/MG, em 27 de maio de 2.024.

Luiz Fábio Antonucci Filho
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente desta Casa Legislativa,

Nobres Edis,

Com nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei que "*Dispõe sobre concessão de Revisão Geral Anual aos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Visconde do Rio Branco/MG e dá outras providências*", que doravante ficará acrescido o percentual de **4,62%**, correspondente ao índice IPCA, de janeiro a dezembro de 2023, em prol de todos servidores públicos efetivos do quadro geral, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo.

O presente projeto de lei, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 2º, não encampa os cargos que previstos em legislação federal descrito no §1º do Art. 9 - A da Lei 11.350/06, já que detentores de carreira própria, com vencimentos próprios e que atualizados para o exercício de 2024 e, de igual forma, os próprios servidores do quadro geral do magistério que, que já percebem o vencimento previsto no Piso Nacional, logo, em homenagem a vedação contida do Princípio da Anualidade do reajuste salarial em prol dos servidores, que traz como intervalo temporal, ou seja, periodicidade, o ano legislativo, contemplado no artigo 37, X da Carta Magna c/c Art. 24 da Constituição Mineira.

Por tais razões, considerando que os cargos excetuados, sofreram reajustes neste ano legislativo, vedados estão da contemplação desta por esta Lei, ante a não intercorrência do ano legislativo, tomando como ponto marco a última data base do reajuste do vencimento. A recomposição de que trata esta proposição é realizado a título de revisão anual da remuneração dos agentes públicos do Município de Visconde do Rio Branco/MG, como prescreve o inciso X, do art. 37, da Constituição Federal.

Solicito, pois, seja a presente proposição submetida à apreciação e aprovação dos Senhores Vereadores, ante a relevância dos interesses envolvidos.

Como todo o exposto, justifica-se o presente Projeto de Lei, como se apresenta.

Do Gabinete do Prefeito Municipal de Visconde do Rio Branco/MG, em 27 de maio de 2.024.

Luiz Fábio Antonucci Filho
Prefeito Municipal